

O ESTATUTO COGNITIVO DOS CONCEITOS PSICOLÓGICOS

LUIZ HENRIQUE DE A. DUTRA

*Departamento de Filosofia
Universidade Federal de Santa Catarina
Caixa Postal 5176
88040-970 FLORLANÓPOLIS, SC*

Resumo: Este artigo procura discutir o estatuto cognitivo dos conceitos da psicologia, sendo esta disciplina inserida em um sistema da ciência unificada. O sistema de Carnap em seu *Aufbau* é aqui discutido, em especial no que diz respeito aos tipos de conceitos que ele adota (autopsicológicos, físicos, heteropsicológicos e culturais). Carnap escolhe os objetos ou conceitos autopsicológicos como básicos, em seu sistema. No que diz respeito à psicologia, ele pensa que o behaviorismo metodológico de Watson poderia ganhar um lugar na ciência unificada. Delineamos aqui um sistema alternativo, que é fundamentado nas doutrinas de Neurath e Skinner, respectivamente, o *behaviorismo social* e o *behaviorismo radical*. Neste sistema alternativo, os objetos culturais formam a base do sistema, a partir dos quais, todos os outros objetos (psicológicos, físicos, etc.) são construídos. Ainda que o tipo de abordagem adotada por Carnap não seja mais comum na filosofia da ciência, as discussões apresentadas neste artigo são uma oportunidade para avaliar os próprios compromissos ontológicos que estão por trás da abordagem de Carnap, assim como o tipo de compromisso que em geral é necessário para alcançar um sistema da ciência unificada e, dentro dele, providenciar um lugar para a psicologia.

Palavras-chave: ciência unificada; behaviorismo social; behaviorismo radical; filosofia da psicologia.

Abstract: This paper aims at discussing the cognitive status of psychological concepts as included in a system of unified science. Carnap's system in his *Aufbau* is discussed, especially as concerns the types of concepts he adopts (autopsychological, physical, heteropsychological and cultural); Carnap chooses autopsychological objects as basic. As regards psychology, he thinks that Watson's methodological behaviorism could be given a place in unified science. An alternative system is here outlined, which is based on Neurath and Skinner's doctrines, respectively social behaviorism and radical behaviorism. In this alternative system cultural objects constitutes the system's basis, from which all other objects (psychological, physical, etc.) are to be constructed. Even though the kind of approach Carnap adopts is not a common practice in philosophy of science anymore, the discussions presented in this paper are intended as an opportunity to evaluating the very ontological commitments that are behind Carnap's approach, as well as the kind of commitment that in general is necessary in order to attain a system of unified science and, within it, to provide a place for psychology.

Key-words: unified science; social behaviorism; radical behaviorism; philosophy of psychology.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das ciências cognitivas nas últimas décadas, assim como a proliferação de doutrinas e debates em filosofia da mente e, na filosofia da ciência, a polêmica sobre o realismo científico, recolocaram o problema da unidade da ciência em geral e, em particular, da natureza ou do caráter da psicologia e de seu lugar no saber humano e suas relações com outras disciplinas, sobretudo as ciências naturais. Em parte, isso se deveu também ao grande desenvolvimento que, recentemente, tiveram as ciências neurofisiológicas e às tentativas de alguns autores para resolver problemas clássicos da filosofia da mente, da epistemologia e da metafísica com recursos de tais realizações científicas.

Neste ambiente intelectual, perderam terreno tanto o behaviorismo quanto o instrumentalismo. O primeiro é hoje apresentado como aquilo que, por décadas, impediu o desenvolvimento da psicologia e da filosofia da mente. Os comentários a este respeito são inúmeros e estão em praticamente todos os livros dedicados a estes temas, mas vale mencionar a apresentação bastante abrangente feita por Howard Gardner em seu livro *The Mind's New Science* (1987).

O instrumentalismo do tipo adotado por Carnap para resolver o problema da unidade da ciência, por sua vez, tem sido alvo das mais severas críticas de alguns realistas científicos atuais, entre eles, Richard Boyd (1981 e 1985). Aqui, a alegação é semelhante àquela sobre o behaviorismo; o positivismo lógico é apresentado como um entrave ao desenvolvimento da epistemologia e da filosofia da ciência, como um empecilho para uma compreensão realista adequada dos problemas epistemológicos, que, apenas ela, pode dar, argumenta-se, uma explicação aceitável e convincente do sucesso preditivo das ciências empíricas e da unidade da ciência.

As conseqüências dessas reações ao behaviorismo e ao instrumentalismo não são, contudo, inócuas, e, de um ponto de vista metafísico, não são facilmente assimiláveis. Embora grande parte das investigações nas ciências cognitivas e na filosofia da mente se dirija para teorias e doutrinas fisicalistas – aparentemente,

portanto, aceitáveis da parte do behaviorista e do positivista lógico –, outras tantas se dirigem para concepções mentalistas, embora certamente de modo diferente do dualismo tradicional. De sua parte, certos realistas científicos, como Boyd, oneram a epistemologia e a filosofia da ciência com doutrinas sobre a natureza da mente humana e da história das ciências. Aos olhos do behaviorista e do instrumentalista, seria o caso, então, de utilizar a estes respeito a navalha de Ockam.

Contudo, as alternativas instrumentalistas e behavioristas hoje são poucas, embora haja algumas de relativa importância. Vale citar o instrumentalismo associado ao empirismo construtivo de van Fraassen (1980). No que diz respeito especificamente às questões epistemológicas, vale citar o programa de Houts e Haddock (1992), fundamentado no behaviorismo radical de Skinner. De maneira mais geral, no que diz respeito à continuidade do programa behaviorista iniciado por Skinner, vale mencionar o behaviorismo teórico de Staddon (1993), o behaviorismo teleológico de Rachlin (1994) e as pesquisas de Herrnstein e seus colaboradores sobre a lei de proporção (*matching law*; cf. HERRNSTEIN, 1997). Apesar das críticas que o behaviorismo tem recebido nas últimas décadas, sobretudo dos defensores da psicologia cognitiva, tais programas behavioristas ainda mostram sinais de avanço no que diz respeito aos objetivos visados por suas investigações.

O que desejamos fazer aqui é explorar alternativas behavioristas e instrumentalistas que possam superar as dificuldades das realizações passadas feitas destes pontos de vista, e competir com as doutrinas realistas, mentalistas e fisicalistas nos domínios da epistemologia, da filosofia da ciência e da filosofia da mente. Para discutirmos o lugar da psicologia em uma possível ciência unificada e, logo, o estatuto cognitivo dos conceitos psicológicos, vamos procurar elaborar as linhas gerais um sistema construcional alternativo àquele apresentado por Carnap, que tinha o mesmo objetivo. Isso nos permitirá discutir os próprios fundamentos do empreendimento carnapiano, em particular, as questões ontológicas a ele associadas. Do mesmo modo que o sistema de Carnap era, segundo ele mesmo, um entre inúmeros sistemas possíveis para viabilizar a unidade conceitual das ciências, este será o caso do sistema que apresentaremos abaixo. É verdade que o

próprio tipo de empreendimento epistemológico e de estratégia adotados por Carnap perderam atualidade na filosofia da ciência, mas, na medida em que nosso objetivo é apenas o de discutir as questões ontológicas associadas a tal tipo de projeto epistemológico, isto não constitui uma dificuldade relevante.

A próxima seção recapitula o sistema de Carnap, esboçado e, em parte, desenvolvido no *Aufbau*. A seção 2 trata do behaviorismo metodológico de Watson. A razão para isso é que Carnap considerava esse tipo de behaviorismo compatível com suas idéias para a redução da psicologia à ciência unificada. Como o sistema alternativo que pretendemos delinear se baseia em parte nas idéias de Skinner e de Neurath, a seção 3 trata do behaviorismo radical de Skinner, e a seção 4, do behaviorismo social de Neurath. A seção 5 contém o esboço de nosso sistema alternativo.

1. O SISTEMA DO AUFBAU

O sistema do *Aufbau* é um sistema construcional de conceitos ou objetos, isto é, um sistema que permite *construir* ou derivar objetos (ou conceitos) de níveis superiores a partir de objetos de níveis inferiores. Um objeto é, para Carnap, qualquer coisa a cujo respeito um enunciado possa ser formulado. No *Aufbau*, há quatro níveis de objetos: (1) autopsicológicos, (2) físicos, (3) heteropsicológicos, e (4) culturais. O nível autopsicológico constitui a base do sistema; são os dados dos sentidos de um sujeito ou suas experiências elementares. A partir deste nível de objetos, são construídos os outros, dos outros níveis. Os objetos físicos, heteropsicológicos e culturais, correspondem respectivamente aos objetos das ciências físicas, da psicologia e das ciências humanas em geral, como a história, a economia e a sociologia.

Sendo todos os objetos dos níveis superiores derivados do nível fundamental – e podendo, portanto, em contrapartida, serem a eles reduzidos –, há um só sistema da ciência unificada. Ainda que as disciplinas especiais possam utilizar jargões ou dialetos próprios, seus enunciados podem ser traduzidos em enunciados a respeito de objetos do nível fundamental. Aqueles enunciados que

não puderem ser traduzidos deste modo são declarados destituídos de significado, e eliminados da ciência unificada. Este é o caso de um grande número dos enunciados da metafísica tradicional, diz Carnap. Isso quer dizer que os objetos sobre os quais eles versam não são objetos *construídos* no sistema; eles não são, portanto, redutíveis aos objetos básicos do sistema.

Carnap pensa o sistema da ciência unificada, assim concebido, como um sistema axiomático, ou pelo menos, em princípio, axiomatizável. O plano apresentado no *Aufbau*, a este respeito, é apenas programático, e não realiza mais que uma pequena parte das axiomatizações fundamentais do sistema. Além disso, os enunciados científicos são considerados enunciados meramente estruturais, isto é, eles dizem respeito apenas a relações estruturais entre os objetos. Para Carnap, é isso que garante sua objetividade. Assim sendo, mais importante que tomar em conta objetos básicos, é preciso tratar de relações básicas. Os conceitos da ciência unificada devem ser reduzidos não propriamente a elementos básicos, mas a relações básicas. Assim, a construção de um objeto é feita por meio de uma definição formal, estrutural. Devemos descrever não as propriedades dos objetos como indivíduos, mas suas relações.

Estes são expedientes de Carnap para evitar as polêmicas e doutrinas metafísicas sobre a realidade ou a constituição do mundo, e lidar apenas com o modo de representá-lo que encontramos nas ciências empíricas. Como sabemos, Carnap pressupõe também a neutralidade da lógica clássica. De fato, o sistema delineado no *Aufbau* está fundamentado na teoria dos tipos de Russell. Este é, obviamente, um dos aspectos problemáticos da teoria, e já bastante debatido; por isso, vamos deixá-lo de lado, para nos concentrarmos nos problemas específicos da teoria em relação à redução dos objetos psicológicos.

Os objetos físicos são aqueles que ocupam lugar no espaço em um certo tempo, como os corpos físicos. Os objetos psicológicos em geral, por outro lado, têm em comum com os objetos físicos a temporalidade, mas não a espacialidade. São exemplos de objetos *psicológicos* (sem fazer ainda a distinção entre objetos *autopsicológicos* e *heteropsicológicos*) os atos de consciência, como percepções, representações, sentimentos, pensamentos, volições, etc., inclusive processos

inconscientes. Sua característica peculiar, acrescenta Carnap, consiste em pertencer a um sujeito individual (CARNAP, 1969, pp. 32-3).

A estes dois tipos de objetos, acrescentem-se, por fim, os objetos culturais: históricos, sociológicos, etc. São exemplos de objetos culturais grupos sociais, instituições, movimentos, ocorrências neles, e as propriedades e relações de tais processos e entidades (CARNAP, 1969, pp. 39ss). Tais objetos têm em comum com os objetos psicológicos o fato de também serem relativos a determinados sujeitos. Mas, diferentemente dos objetos psicológicos, os *portadores* de objetos culturais podem mudar, como quando um costume é transmitido de geração em geração. Além disso, os objetos culturais são *manifestados* por processos psicológicos, e são *documentados* por objetos físicos. O costume de saudar alguém levantando o chapéu, diz Carnap, é um objeto cultural que se manifesta pelos atos de um indivíduo que possui a disposição para reagir desta maneira. O mesmo costume pode ser documentado em uma ilustração que mostra um indivíduo saudando outro desta forma. Contudo, embora nosso reconhecimento de um objeto cultural só seja possível por meio de objetos físicos e psicológicos, os objetos culturais possuem uma esfera própria e autônoma, isto é, eles não são meramente objetos nem físicos nem psicológicos, embora possam e devam ser reduzidos àqueles tipos de objetos.

Um dos pontos-chave do *Aufbau* é exatamente a identificação dos tipos autônomos de objetos, para a qual é necessária a noção de *esfera de objetos* (cf. CARNAP, 1969, pp. 51ss). Os tipos de objetos mencionados acima são autônomos e constituem esferas de objetos, mas o mesmo não se dá com outros tipos de objetos, como, por exemplo, os objetos biológicos. Estes pertencem à esfera dos objetos físicos, não constituindo uma esfera própria. O critério adotado por Carnap para identificar uma esfera de objetos é o da *isogenia*. Uma esfera de objetos é constituída pela classe de todos os objetos que são isógenos com determinado objeto. Os objetos que não são isógenos com determinado objeto são *alógenos* em relação a eles, e pertencem a uma outra esfera de objetos.

As noções de isogenia e alogenia estão fundamentadas na teoria dos tipos. Identificamos dois objetos isógenos ao vermos que seus nomes podem ocupar a

mesma posição em qualquer função proposicional para as quais estes mesmos nomes sejam argumentos admissíveis. Por exemplo, na função proposicional ‘... é uma cidade da Alemanha’ podemos inserir ambos os nomes ‘Berlim’ e ‘Paris’, embora, neste último caso, isso resulte em uma sentença falsa; mas não podemos inserir ‘Lua’, nem ‘Itália’, o que faria resultar em sentenças destituídas de significado.

Retornando ao caso dos objetos acima discutidos, isto quer dizer que os nomes de objetos físicos, psicológicos e culturais não podem ocupar as mesmas posições nas mesmas classes de funções proposicionais, sendo eles, portanto, alógenos entre si. Mas, por outro lado, os nomes de objetos biológicos podem ocupar as mesmas posições que os nomes de objetos físicos nas funções proposicionais de uma certa classe; e por isso os objetos biológicos são isógenos com os objetos físicos. Utilizando o modo material do discurso, do qual o próprio Carnap se serve freqüentemente para explicar suas idéias, podemos dizer que um enunciado sobre objetos biológicos não é nada mais nada menos que um enunciado sobre objetos físicos (físico-químicos, melhor dizendo). Mas um enunciado sobre objetos culturais, por exemplo, não é meramente um enunciado nem sobre objetos psicológicos nem sobre objetos físicos.

O problema da construção de objetos a partir de outros, de outros níveis ou esferas, e o problema correlato de sua redução a outros objetos, são, portanto, problemas colocados para objetos alógenos, não para objetos isógenos; pois, neste caso, não é necessária nenhuma construção e, logo, nenhuma redução. O critério adotado por Carnap é formalmente preciso, mas sua aplicação não é tão fácil e óbvia como se possa crer à primeira vista. Pois dizer que dois objetos são isógenos significa dizer que não é preciso fazer traduções entre os enunciados sobre eles, isto é, um objeto não precisa ser reduzido ao outro. Mas isso não é algo que se possa inferir do próprio critério apresentado.

Quando Carnap afirma que os objetos biológicos são isógenos com os objetos físicos, ele quer dizer que o jargão da biologia pertence ao mesmo jargão das ciências físicas em geral, isto é, que não é necessário traduzir um enunciado sobre um objeto biológico em enunciados sobre objetos físicos. Inversamente, ao

dizer que os objetos culturais são alógenos em relação aos objetos físicos e psicológicos, está afirmando que os enunciados sobre os objetos culturais são formulados em um outro dialeto ou jargão, e que é preciso traduzi-los para enunciados sobre objetos físicos e psicológicos. Assim, o critério de isogenia pressupõe que já tenhamos identificado os diferentes dialetos das ciências, ou seja, pressupõe compromissos ontológicos anteriores. Seguindo Quine (1980 [1953]), podemos dizer que identificamos um jargão ou dialeto de uma disciplina por meio da identificação de seus termos denotativos, ou seja, da identificação das entidades sobre as quais os falantes de tal língua quantificam.

Assim sendo, se diretamente Carnap não deseja quaisquer compromissos ontológicos, por outro lado, ao tomar o estado real das ciências e seus diferentes jargões, indiretamente, ele assume certos compromissos ontológicos, e os assume de forma problemática. Pois talvez os biólogos não concordem que seu compromisso ontológico se dê apenas em relação a entidades físicas (físico-químicas), e não em relação a entidades tipicamente biológicas. Um biólogo vitalista, por exemplo – ainda que talvez nos dias de hoje seja quase impossível encontrar um – não concordaria com isso. Ele diria que possui compromissos ontológicos com a existência de entidades biológicas não-físicas. Desde modo, o melhor argumento que Carnap poderia apresentar seria um argumento histórico, dizendo que não há mais vitalistas. Contudo, o valor de tal argumento é apenas pragmático. E, logo, permanece o problema de saber como identificar a especificidade ontológica de determinado jargão.

Ao contrário dos objetos isógenos, que não requerem nenhum tratamento da parte do sistema do *Aufbau*, os objetos alógenos são sua principal preocupação. A questão é como garantir a construção (ou, inversamente, a redução) de determinados objetos com base em outros (cf. CARNAP, 1969, pp. 60ss). Carnap diz que um objeto pode ser reduzido a outro se é um *complexo* de tais outros objetos, que são seus *elementos*. Se um objeto for redutível a outros, todos os enunciados a respeito do primeiro podem ser traduzidos por enunciados a respeito dos últimos. Tais complexos são complexos que *não* consistem em seus elementos, ou seja, são *complexos autônomos*. O exemplo típico evocado por Carnap

é o de uma classe, que não consiste em seus elementos. Assim como as classes, os objetos de níveis superiores no sistema do *Aufbau* são complexos autônomos construídos a partir de objetos de níveis inferiores. Significativamente, já que temos problematizado o ponto de vista de Carnap sobre os conceitos biológicos, ele diz (pp. 63-4), a título de exemplo, que um cão é diferente da classe de seus órgãos, ou da classe de suas células, ou de seus átomos, etc. Mas isso, em termos quineanos, só quer dizer, mais uma vez, que quantificar sobre cães é diferente de quantificar sobre células ou átomos. Isso é o que se pressupõe, e não aquilo que se obtém por meio de tal análise.

Em suma, os objetos culturais são, para Carnap, complexos autônomos construídos a partir de objetos psicológicos. Os objetos físicos, por sua vez, são complexos autônomos construídos a partir de objetos autopsicológicos. Por fim, os objetos heteropsicológicos são complexos autônomos construídos a partir de objetos físicos. Passemos, então, ao exame da construção (e redução) destes tipos de objetos (cf. CARNAP, 1969, pp. 78ss).

Com relação aos objetos culturais, diz Carnap, apesar da relação de documentação, que os associa a objetos físicos, eles devem ser construídos a partir de objetos psicológicos, pois a própria relação de documentação (em um objeto físico) só tem lugar por meio de uma manifestação, já que um objeto físico se torna um *documento* de um objeto cultural quando um *portador* de objeto cultural intervém, criando o objeto físico como um documento de um objeto cultural. Pensemos, por exemplo, no pintor que pinta um quadro em que um indivíduo saúda outro, levantando o chapéu.

Antes de tratar da diferença entre objetos autopsicológicos e heteropsicológicos, Carnap discute a redutibilidade recíproca entre os objetos físicos e os objetos psicológicos (aqui, podemos dizer, de fato, autopsicológicos, obviamente). Em primeiro lugar, diz Carnap, os objetos físicos são complexos autônomos de objetos psicológicos e, portanto, a eles redutíveis. Contudo, se considerarmos a hipótese de que os processos psicológicos possuem correlatos seus que são os processos físicos (ou neurofisiológicos) no cérebro (ou no sistema nervoso central), então, em princípio, os objetos psicológicos, por sua vez, podem

ser reduzidos a objetos físicos. Isso deriva do fato de que podemos ou traduzir os enunciados a respeito de objetos físicos em enunciados sobre sensações do sujeito, ou, inversamente, traduzir os enunciados a respeito das sensações do sujeito em enunciados a respeito de seus processos neurofisiológicos.

Não obstante isso, Carnap adota a redutibilidade dos objetos físicos a objetos (auto-) psicológicos, e não o inverso. A razão apontada por ele é, curiosamente, de fundo cartesiano. Carnap diz que os objetos autopsicológicos são *epistemicamente primários* em relação aos objetos físicos, assim como os objetos heteropsicológicos são, em relação aos objetos físicos, secundários. Carnap sustenta que nossos processos psicológicos não precisam ser mediados pelo reconhecimento de objetos físicos, mas têm lugar diretamente (1969, p. 94). Assim, devemos começar por objetos autopsicológicos, dos quais os objetos físicos são complexos autônomos. Os objetos heteropsicológicos (as outras mentes), por sua vez, podem ser reconhecidos por meio de suas manifestações físicas.

Assim sendo, Carnap escolhe a base autopsicológica para seu sistema, apesar de reconhecer que poderia também escolher outras bases, sobretudo a base física, ou fisicalista. A razão para escolher a base autopsicológica é, portanto, que os objetos culturais e físicos são redutíveis aos objetos (auto-) psicológicos, “independentemente de qualquer ponto de vista metafísico,” diz Carnap (1969, p. 96). Ora, isso, obviamente, não é verdade.

A respeito da adoção de uma base fisicalista, como sabemos, Carnap vai mudar de opinião, como discutiremos abaixo. Vejamos antes, porém, suas razões – que ele nunca abandonou – para descartar a possibilidade de um sistema com base de objetos culturais. Um exame mais atento deste ponto é fundamental para a abordagem alternativa que desejamos propor. Carnap diz que, embora, em princípio, um sistema construcional possa ter qualquer base, uma base cultural não lhe parece possível. Vale citá-lo a este respeito:

Não é preciso que a ordem de construção reflita a ordem epistêmica dos objetos; outras formas de sistema também são possíveis. A possibilidade

de colocar a base do sistema no domínio dos objetos culturais é inteiramente problemática. Ainda que seja, de fato, possível encarar todos os processos psicológicos como manifestações de entidades culturais, a dificuldade, senão impossibilidade, de um tal sistema reside no fato de que não se pode supor que todas as propriedades de processos psicológicos sejam determinadas pela natureza das entidades culturais que neles se manifestam. Assim, não há nenhuma redutibilidade adequada de objetos psicológicos a objetos culturais. (1969, pp. 94-5.)

Este é um ponto central da doutrina de Carnap com o qual não concordamos, e que, a nosso ver, reflete seus pressupostos cartesianos e, logo, mentalistas. Ao contrário, adotando um ponto de vista behaviorista, podemos dizer que é perfeitamente possível interpretar os processos psicológicos como resultado de processos ou objetos culturais. Mas, para isso, é preciso mostrarmos, como pretendemos fazer abaixo, que os conceitos do behaviorismo radical de Skinner correspondem ao que Carnap denomina *conceitos culturais* – o que, aliás, não é óbvio do ponto de vista do próprio Skinner, e nem é colocado assim por este autor, que fala do comportamento como seqüências de ocorrências físicas. Assim sendo, prosseguiremos essa parte da discussão depois.

Para terminarmos esta seção, vamos discutir brevemente a mudança de posição de Carnap do fenomenalismo adotado no *Aufbau* para o fisicalismo que, posteriormente, ele defendeu, como no texto *The Unity of Science*. No *Aufbau*, como já comentamos, em função da alegada primazia epistêmica dos objetos autopsicológicos, Carnap adota uma base constituída destes objetos, isto é, uma base *solipsista*, como ele mesmo diz (cf. CARNAP, 1969, pp. 98ss). Esta não é, contudo, a única razão para preferir uma base fenomenalista. Carnap aponta uma outra, que é de caráter lógico e formal: um sistema com base solipsista é um sistema construído com uma base muito menor que outros. Vale lembrar que, do ponto de vista instrumentalista adotado por Carnap, esta é uma razão de peso, pois damos conta da ciência com um número mínimo de conceitos básicos. E, de fato, esta economia do sistema é uma restrição imperiosa para Carnap.

A questão que permanece, contudo, é se um tal sistema é capaz de fazer uma adequada reconstrução racional da ciência. Carnap pensa que sim, pois embora os conteúdos da experiência dos diferentes sujeitos possam ser diferentes, já que a ciência lida (ou, vale dizer, deve lidar) apenas com enunciados de ordem estrutural, o solipsismo metodológico que ele adota lhe parece satisfatório. Mediante tal solipsismo, é possível reconstruir tudo o que é objetivo a partir do fluxo de experiências de um indivíduo (1969, p. 107). Carnap pressupõe, obviamente, que as propriedades estruturais são análogas em todos os fluxos individuais de experiências. Vale reenfatizar que temos aqui, mais uma vez, não um resultado da investigação de Carnap, mas uma pressuposição apenas.

Não obstante essa preferência justificada de Carnap pela base solipsista ou fenomenalista no *Aufbau*, mais tarde, ele muda de posição, passando a preferir uma base fisicalista, ou, mais especificamente, defendendo que o jargão físico ou fisicalista é o jargão universal da ciência unificada. É interessante examinarmos as razões então dadas por Carnap, pois elas são relevantes para a discussão que faremos na próxima seção a respeito da redução do domínio do heteropsicológico ao físico.

Em *The Unity of Science*, Carnap afirma que a linguagem fisicalista é a única linguagem intersubjetiva conhecida (CARNAP, 1995, p. 66). Este é, segundo ele, um dos dois requisitos principais a que deve satisfazer uma adequada linguagem para a ciência unificada. O outro requisito é que tal linguagem seja universal, isto é, que seja possível traduzir para ela qualquer enunciado, de quaisquer dialetos específicos das disciplinas particulares.

Quanto ao requisito de intersubjetividade, Carnap argumenta que, embora tanto os enunciados sobre objetos físicos possam ser traduzidos para enunciados sobre os dados dos sentidos de um sujeito (em uma linguagem solipsista ou fenomenalista) quanto, inversamente, que os enunciados sobre tais experiências do sujeito possam ser traduzidos para enunciados na linguagem fisicalista, sobre objetos físicos – coisa, aliás, como vimos, que ele já afirma no *Aufbau* –, os enunciados em linguagem fenomenalista não podem ser objeto de verificação por parte de outros sujeitos, mas os enunciados em linguagem fisicalista, sim. Do

ponto de vista epistemológico, isto é agora visto por Carnap como um sinal da superioridade da linguagem fisicalista.

A isto se acrescenta o fato de que a linguagem fisicalista é universal, ou seja, pode ser a base de tradução de quaisquer outros enunciados, seja das ciências físicas, incluindo a biologia, seja da psicologia, da sociologia, etc., exceção feita apenas à metafísica (CARNAP, 1995, pp. 67ss). Os enunciados da psicologia, diz Carnap, são enunciados a respeito de eventos físicos ocorridos no corpo, especialmente no sistema nervoso central. Quanto à sociologia (no sentido amplo, englobando os fenômenos históricos, culturais e econômicos), dá-se o mesmo, isto é, todos os enunciados sobre fenômenos sociológicos são enunciados a respeito de eventos, em parte, físicos, em parte, mentais ou psicológicos e, portanto, também físicos. A este respeito, Carnap endossa o ponto de vista expresso por Neurath (1959b) em “Sociology and Physicalism” (cf. CARNAP, 1995, p. 74).

Aos dois pontos que já comentamos, Carnap acrescenta um terceiro de não menor importância. Ele afirma também que a própria linguagem protocolar – isto é, a linguagem que é constituída de enunciados protocolares ou básicos do sistema – é parte da linguagem fisicalista. Os protocolos, que versam sobre a *experiência direta*, afirma Carnap, se referem a fatos físicos, isto é, a eventos espaço-temporais (1995, p. 76). Assim, se a linguagem protocolar constitui a base do sistema, a nova base adotada por Carnap é fisicalista.

Para Carnap, portanto, neste período, dizer que determinada disciplina ganha lugar na ciência unificada significa dizer que ela ganha lugar na *física*, em sentido amplo. Assim, o projeto agora é o de *fisicalizar* todas as disciplinas, ou demonstrar que seus enunciados podem ser traduzidos em enunciados em termos físicos. Isso vale também, obviamente, para a psicologia, que é o que Carnap procurou fazer com mais detalhes no artigo “Psychology in Physical Language” (1959b). Segundo ele, como veremos abaixo, trata-se do mesmo que o behaviorismo metodológico de Watson sustenta.

2. O BEHAVIORISMO METODOLÓGICO DE WATSON

O capítulo C da parte IV do *Aufbau* é dedicado aos níveis superiores de objetos, isto é, os níveis de objetos heteropsicológicos e culturais. Nesta parte, Carnap procura demonstrar que os objetos culturais são redutíveis a objetos psicológicos e, o que mais nos interessa por ora, que os objetos heteropsicológicos são redutíveis a objetos físicos. É a este respeito que Carnap vai procurar certa proximidade com o behaviorismo metodológico de Watson. Na parte III do *Aufbau*, §59, Carnap comenta:

A tão falada *psicologia comportamental* (o “behaviorismo” de Watson, Dewey e outros; ver a bibliografia em Russell [*Mind*]) reduz todos os fenômenos psicológicos ao que pode ser percebido pelos sentidos, isto é, ao físico. Assim, um sistema construcional que fosse baseado nessa posição escolheria uma base física. De acordo com o que vimos acima, um tal sistema seria inteiramente possível e praticável. Contudo, a outra alegação do behaviorismo, a saber, de que esta ordenação de objetos é também uma reflexão correta das relações epistêmicas, ainda permaneceria problemática. (CARNAP, 1959a, p. 96; a obra citada é RUSSELL, 1997 [1921].)

Nesta passagem, Carnap recusa apenas o que o behaviorista afirmaria a respeito da primazia epistêmica de fenômenos físicos, em detrimento da primazia dos objetos autopsicológicos, que ele ainda deseja manter no *Aufbau*, mas identifica o que pretende fazer na parte IV do livro com aquilo que o behaviorista metodológico faria se construísse um sistema alternativo, isto é, ele reduziria o (hetero-) psicológico ao físico. De fato, no artigo “Psychology in Physical Language,” Carnap reenfatiza seu acordo com o behaviorismo de Watson, dizendo:

A posição que estamos advogando aqui coincide em linhas gerais com o movimento em psicologia conhecido como “behaviorismo” – ou seja, quando seus princípios epistemológicos, ao invés de seus métodos especiais, são considerados. Não ligamos nossa posição com um enunciado do behaviorismo porque nossa única preocupação é com os fundamentos epistemológicos, enquanto o behaviorismo está, acima de

tudo, interessado em um método específico de investigação e em formações específicas de conceitos. (CARNAP, 1959b, p. 181.)

Este artigo de Carnap é do período em que ele já havia aderido ao fisicalismo, como examinamos no final da seção anterior, e por isso ele expressa aí uma simpatia para com o behaviorismo de Watson, coisa que não é tão clara no *Aufbau*, embora, nesta obra, o resultado em relação à psicologia seja o mesmo que nos escritos posteriores. Em todos os casos, os objetos psicológicos são reduzidos a objetos físicos. No *Aufbau*, apenas ocorre que os objetos físicos não são ainda os objetos do nível básico.

O problema com os objetos heteropsicológicos é o problema das outras mentes, isto é, o problema de um indivíduo poder atribuir vida mental semelhante à sua a outros indivíduos. Se o comportamento observado do outro é semelhante ao do indivíduo tomado como referência, então, em analogia consigo mesmo, este indivíduo pode atribuir uma vida mental semelhante à sua aos outros indivíduos que possuem comportamento semelhante ao seu (cf. CARNAP, 1969, pp. 214ss).

O *Aufbau* não traz, contudo, análises mais detalhadas a este respeito, mas o artigo já mencionado, sim (cf. CARNAP, 1959b, pp. 170ss). Podemos dizer, por exemplo, que certo indivíduo está em determinado estado mental com base na observação de seu comportamento. Se dizemos que, por exemplo, José está deprimido, é porque ele apresenta aspectos físicos que podem ser interpretados correspondentemente, isto é, o enunciado 'José está deprimido' é traduzido em enunciados que versam sobre aspectos físicos observáveis do corpo de José.

Assim, é porque o jargão específico da psicologia pode ser traduzido no jargão fisicalista que a psicologia como disciplina ganha lugar na ciência unificada. Voltando aos termos do *Aufbau*, podemos dizer então que é na medida em que os objetos heteropsicológicos são construídos a partir de objetos físicos que eles são legítimos e ganham lugar na ciência unificada. Em suma, todo conceito legítimo da psicologia deve poder ser reduzido a conceitos físicos. Este é, por conseguinte, o resultado das investigações de Carnap a respeito da psicologia, que ele acredita irem ao encontro do behaviorismo de Watson. Assim, é importante discutirmos

mais alguns pontos relativos a esta doutrina, para podermos compará-la com o behaviorismo radical de Skinner, que tomaremos como uma das referências para construir nossa alternativa ao sistema de Carnap.

Como é bastante conhecido, o behaviorismo em psicologia remonta às investigações de Pavlov em fisiologia animal, mas floresceu sobretudo no início do século XX nos Estados Unidos, tendo como representantes importantes, entre outros, Thorndike e Dewey. É na obra de Watson, contudo, que se encontra a primeira formulação detalhada do behaviorismo metodológico, isto é, a doutrina destinada a lançar os fundamentos de uma psicologia experimental que superasse os entraves da psicologia então praticada, fortemente influenciada pela metafísica. Ao invés de uma ciência da consciência ou de processos mentais privados do sujeito, Watson propõe fazer uma ciência daquilo que se pode observar publicamente, daquilo que o organismo faz e diz (WATSON, 1970, pp. 5ss).

Para o behaviorista metodológico, a ciência do comportamento é uma ciência natural, próxima da fisiologia, mas diferenciando-se desta pelo fato de que não está interessada, como esta, em estudar o funcionamento das partes do organismo, mas o organismo como um todo. Além disso, o estudo do comportamento dos organismos não se destina apenas a teorizar a seu respeito, mas também a poder controlá-lo, tal como, em geral, nas ciências naturais, os cientistas fazem com os fenômenos que estudam. O psicólogo behaviorista deve chegar a poder prever e controlar o comportamento nos seguintes termos: dado um estímulo, que resposta terá lugar da parte do organismo (WATSON, 1970, p. 11).

Estímulo e resposta são, portanto, noções centrais nesta doutrina. Eles são os elementos básicos por meio dos quais adquirimos e modificamos nossos hábitos. Para os diversos estímulos que recebemos, temos respostas desde o nível meramente glandular e visceral, até respostas do organismo todo, passando por respostas meramente musculares (em resumo, todas as nossas respostas, sejam viscerais, sejam emocionais). Em todos os casos, nossas respostas estão sujeitas a condicionamentos. Assim, Watson vai contra não apenas o introspeccionismo da psicologia tradicional, mas também contra a doutrina dos instintos, na época, tão difundida em biologia e psicologia. Nos capítulos 5 e 6 de seu livro, ele se

consagra a uma longa argumentação contra os instintos, afirmando que não há nenhum instinto humano, mas apenas comportamento aprendido.

Como o esquema estímulo-resposta parece, obviamente, bastante limitado para explicar o comportamento humano em toda sua complexidade e variedade, das quais a psicologia sempre procurou dar conta, Watson introduz a idéia de que todo comportamento complexo resulta apenas do desenvolvimento de respostas simples (1970, p. 137), e consagra os últimos capítulos de seu livro a uma discussão das emoções, de nossas habilidades manuais, da linguagem, do pensamento, e mesmo da personalidade, que são temas consagrados por outras escolas de psicologia, para os quais o behaviorista também deseja dar uma resposta. Em todos estes casos, suas análises enfocam nossas respostas (ou glandulares, ou musculares) aos estímulos recebidos.

Ao discutir os instintos, e negá-los, como comentamos acima, Watson faz uma analogia entre os organismos e os objetos físicos (inanimados) que é bastante esclarecedora sobre sua posição. Ele diz que ninguém pensaria que um *boomerang* tem o comportamento que tem, e retorna ao ponto de lançamento, em virtude de algum instinto, ou então em virtude de alguma *vontade*, mas pensamos que seu movimento, embora complexo, pode ser explicado pelas leis da física, desde que compreendamos também o desenho deste objeto (WATSON, 1970, pp. 112s). Para Watson, é esta mesma forma de explicação que devemos adotar para o comportamento animal em geral e humano, em particular. É nestes termos que ele pretende que seja compreendida sua proposta de que a psicologia é uma ciência natural; de fato, ele acrescenta, ela é uma parte da biologia (1970, p. 139).

Para terminar essa seção, comentemos um ponto que é de interesse em virtude das teorias que desde o século XIX até hoje têm sido vistas muitas vezes como alternativas adequadas para levar uma abordagem *fisicalista* aos fenômenos mentais. Qual é a responsabilidade que o behaviorista metodológico atribui ao sistema nervoso sobre nosso comportamento? Sobre isso, Watson é bastante claro. O sistema nervoso central não desempenha nenhum papel especial; ele é apenas uma parte do organismo, importante, sem dúvida, mas, em última

instância, não mais que outras. Vale citarmos uma passagem a este respeito. Watson diz:

Para o behaviorista, o sistema nervoso é, em primeiro lugar, uma parte do corpo – não mais misteriosa que os músculos e as glândulas. Em segundo lugar, ele é um mecanismo corporal especializado, que permite a seu possuidor reagir mais rapidamente e de uma forma mais integrada com seus músculos e glândulas, quando atingido por dado estímulo, do que seria o caso se não houvesse nenhum sistema nervoso. Há muitos animais e plantas aquáticas livres sem sistema nervoso. Sua possibilidade de adaptação é limitada e suas reações ao toque, à luz, ao som, etc., são lentas. Você pode reagir quase instantaneamente com suas mãos quando qualquer parte de seu corpo é tocada. O sistema nervoso acelera a passagem da mensagem (cientificamente conhecida como um *distúrbio propagado*) do órgão do sentido (ao qual o estímulo é aplicado) ao órgão de reação (os músculos e as glândulas). Onde não há nenhum sistema nervoso, a mensagem ainda passa, mas ela passa mais demoradamente. (1970, pp. 49-50.)

Temos aqui uma das teses basilares do behaviorismo – metodológico, e do radical também: todos os organismos formam um *continuum*, desde os mais simples até os mais complexos. Eles podem possuir maior ou menor capacidade de reação e adaptação, em função de seu equipamento natural e de suas histórias, mas a ciência do comportamento toma a todos como objetos iguais de investigação. Se, para o behaviorista, os fenômenos *mentais* são fenômenos de comportamento, então não há no behaviorismo nenhum espaço para o tipo de teoria fisicalista ou materialista que deseja identificar os estados mentais com estados do cérebro ou do sistema nervoso central.

Se esta era de fato uma tese aceita por Carnap, como vimos acima, ela é uma tese que o afasta do behaviorismo de Watson. O fisicalismo que pode haver nesta forma de behaviorismo é, portanto, de um outro tipo. De fato, ele se reduz à idéia de que a psicologia é parte da ciência natural, mais especificamente, da biologia, e que esta não lida com fenômenos de outra ordem que os mesmos fenômenos físico-químicos da natureza em geral. Esta idéia, que norteou o surgimento da fisiologia experimental com Claude Bernard, na segunda metade do

século XIX, passa para a o behaviorismo metodológico em virtude de sua filiação à fisiologia de pesquisadores como Pavlov.

3. O BEHAVIORISMO RADICAL DE SKINNER

O behaviorismo metodológico, ao eliminar as barreiras entre o estudo da espécie humana e o estudo de outras espécies, suprime a introspecção que, supostamente, é algo apenas humano. De fato, a introspecção é considerada pelo behaviorista metodológico um método ilegítimo de investigação em psicologia. Para a psicologia tradicional, a introspecção se destina a investigar os fenômenos de consciência e, para o behaviorista, a consciência é algo fora de questão em psicologia. Em contraposição ao behaviorismo metodológico, o behaviorismo radical de Skinner, como ele mesmo diz, restaura a introspecção, embora, obviamente, não da forma como a psicologia tradicional mentalista a compreendia (SKINNER, 1976, p. 18). Vale fazer esta observação para termos em conta, desde o início, o quanto o behaviorismo radical se distancia do behaviorismo metodológico e de seu fisicalismo.

Skinner propõe uma posição que recupere o que lhe parece de valor tanto na psicologia introspeccionista tradicional quanto no behaviorismo metodológico, superando, obviamente, as limitações de ambas estas abordagens (cf. SKINNER, 1976, pp. 18ss). A psicologia mentalista e introspeccionista tradicional deixava de ver, segundo Skinner, os fatores externos ao organismo que podem regular seu comportamento, exatamente aquilo para o que o behaviorismo metodológico volta sua atenção. Mas este, em contrapartida, ao lidar exclusivamente com eventos externos e anteriores, responsáveis pelo comportamento, negligenciou a auto-observação e o autoconhecimento. Assim, a proposta do behaviorismo radical é de tomarmos em consideração também *aquilo que está dentro da pele*, para utilizarmos a expressão do próprio Skinner.

Para ele, ao contrário do que pensavam os behavioristas metodológicos, aquilo que está dentro da pele não é inobservável e não está, portanto, fora do alcance de uma ciência empírica do comportamento. Por isso, não precisamos nos

restringir aos limites impostos pelo positivismo lógico, do qual, diz Skinner, o behaviorismo metodológico é uma versão psicológica (1976, p. 16). Contudo, ao contrário do que pensavam os mentalistas e introspeccionistas, o que podemos encontrar pela introspecção não é um mundo não-físico da consciência. A grande questão, neste caso, é determinar o exato alcance que a introspecção pode ter na análise do comportamento. Por meio dela, segundo o behaviorista radical, podemos encontrar os efeitos produzidos *dentro da pele* pelos fatores que controlam o comportamento e que estão no ambiente. O que a introspecção não vai revelar, segundo Skinner, é qualquer *causa mental* do comportamento que não se reduza a variáveis no ambiente.

Para o behaviorista radical, o comportamento é explicado e prognosticado apenas com base em variáveis que se encontram no ambiente no qual o indivíduo está. Todo recurso a postulações de mecanismos ou entidades mentais inobserváveis é terminantemente recusado, o que não implica que não se considerem os fatores genéticos e fisiológicos. Eles são, obviamente, pressupostos, assim como toda a história pregressa do indivíduo. Mas dado tudo isso, o objetivo do behaviorista radical é encontrar as leis funcionais que ligam o comportamento do indivíduo ao ambiente. Não se trata, contudo, de explicar o comportamento por meio do esquema associacionista tradicional adotado pelo behaviorismo metodológico, em termos da relação estímulo-resposta. Skinner introduz noções mais elaboradas, que são as de *comportamento operante* e de *comportamento encoberto* (cf. SKINNER, 1969 e 1976; SCHWARTZ e LACEY, 1982, cap. 4; e HOUTS e HADDOCK, 1992).

Uma diferença fundamental entre o behaviorismo radical e o behaviorismo metodológico reside na noção de comportamento operante. Se, para o behaviorista metodológico, o comportamento é controlado pelo estímulo dado ao organismo pelo ambiente, para o behaviorista radical, o comportamento é controlado pelas conseqüências que tal comportamento produz no ambiente. As regularidades que controlam o comportamento – e que o behaviorista radical postula e procura estudar: as *contingências do reforço* – são regularidades entre a ação do organismo e seus efeitos no ambiente. Determinado comportamento é

reforçado por suas conseqüências. Há, assim, uma seleção do comportamento que é similar à seleção natural de que fala Darwin, e, na verdade, uma continuidade entre ambas as coisas. As contingências que controlam a sobrevivência em geral incluem aquelas que controlam o comportamento, inclusive o comportamento verbal e, portanto, do ponto de vista do behaviorismo radical, o comportamento cognitivo.

Skinner introduz também a noção de *comportamento encoberto* (ou *oculto* [*covert*]), em oposição ao comportamento manifesto [*overt*]. Ao contrário do behaviorista metodológico, que deixa de lado qualquer discussão que não diga respeito ao comportamento manifesto, o behaviorista radical pretende também explicar em termos de comportamento aquilo que está dentro da pele. O pensamento e tudo aquilo que a psicologia introspeccionista tradicional entendeu como um mundo privado da mente é visto pelo behaviorista radical como comportamento realizado por uma pessoa de forma a não ser observada pelos outros. Reabilitando a introspecção, o behaviorista radical pode lidar com os mesmos elementos tidos como privados pela psicologia tradicional. Eles são, de certa forma, *privados*, já que estão ocultos e separados do domínio público, mas nem por isso estão menos sujeitos às mesmas regularidades que controlam o comportamento em geral.

Se, como quer Skinner, nosso comportamento é controlado por conseqüências que ele produz no ambiente, não podemos reduzir os conceitos da psicologia a conceitos físicos, como querem Carnap e Watson. As conseqüências do comportamento de um indivíduo no ambiente são de diversas ordens, inclusive o comportamento dos outros indivíduos. Elas incluem certamente a ação do indivíduo sobre objetos físicos e sua modificação, mas não apenas isso. Um sapateiro que passa a fazer sapatos melhores, por exemplo, não tem seu comportamento controlado pelas bolhas que seus sapatos anteriores produziram nos pés de seus clientes – e que são, com certeza, objetos físicos e modificações em objetos físicos. O sapateiro passou a fazer sapatos melhores porque seus clientes reclamaram e porque ele foi reforçado por alguns deles quando modificou o desenho dos sapatos que fazia e encontrou um formato mais confortável.

Segundo a análise de Carnap, como vimos antes, neste caso, teríamos o modelo de sapato como um objeto cultural. Um modelo realizado e mais aperfeiçoado de sapato seria, segundo Carnap, um objeto físico que é expressão de um objeto psicológico, na mente do sapateiro. O novo sapato executado pelo sapateiro *documenta* o novo modelo que ele, sapateiro, *expressa*. Mas, do ponto de vista de Skinner, falar de um novo modelo de sapato não é falar de um modelo ideal que o sapateiro expressa e que está documentado em um certo objeto físico. O novo modelo de sapato corresponde a um novo repertório do comportamento do sapateiro, resultado das conseqüências que seu comportamento produziu no ambiente – o desagrado dos clientes com os antigos pares de sapatos e seu agrado com os novos. O comportamento dos clientes que, neste caso, são as conseqüências que controlam o comportamento do sapateiro, são suas formas de ação, são seus hábitos e costumes: o fato, por exemplo, de reclamar se o produto comprado não agrada. Ora, estes são, do ponto de vista do próprio Carnap, objetos culturais. Assim, do ponto de vista do behaviorismo radical, estamos reduzindo um objeto psicológico (a idéia do modelo de sapato na mente do sapateiro) a objetos culturais, e não o contrário, como sustentava Carnap.

Poder-se-ia dizer ainda, em favor da perspectiva de Carnap e Watson, que, de qualquer forma, é por manifestações físicas que todos estes episódios se dão. O sapateiro sabe que seus clientes estão insatisfeitos porque eles vão a sua oficina e lhe dizem isso. Ir até a oficina são modificações de objetos físicos, assim como falar, que é produzir perturbações sonoras. Isso é verdade, mas tudo isso se dá porque naquela oficina está aquele sapateiro que faz sapatos que machucam os pés de seus clientes. Não se trata, portanto, de explicar a *intenção* do cliente de reclamar dos sapatos que lhe causam bolhas nos pés com base em seu comportamento manifesto de ir à oficina e falar com o sapateiro. Do ponto de vista do behaviorismo radical, não podemos dizer que o sapateiro *infere* com base nos movimentos físicos de seus clientes seu desejo por um sapato melhor, assim como ele mesmo desejaria, caso seus sapatos lhe apertassem os pés. Não é relevante que determinado indivíduo infira uma vida mental em outros indivíduos em analogia com aquela que ele mesmo experimenta. O que é relevante, para o

behaviorista radical, é saber por que o comportamento de uns indivíduos modifica o comportamento de outros, e saber das modificações que eles produzem nos objetos físicos que estão a sua volta.

Em resumo, e para utilizarmos um termo mais técnico, são as *contingências do reforço* que devem constituir os elementos primitivos de uma análise do comportamento. Mas elas não são, certamente, objetos físicos, e sim objetos que, na classificação de Carnap, teriam de ser colocados no nível dos objetos culturais. Elas também não são objetos psicológicos, no sentido de Carnap, pois estão no ambiente, e não na mente do indivíduo. E já que, para Skinner, o *ambiente* engloba também o comportamento dos indivíduos, o conceito de ambiente não é um conceito físico, mas cultural. Como procuraremos mostrar na última seção, deste ponto de vista, podemos reinterpretar os objetos físicos e psicológicos com base nos objetos culturais, resultando em um sistema alternativo. O que faz a diferença entre todos estes tipos de objetos é a forma como nos comportamos em relação a cada um deles. Como veremos, é com base no comportamento dos indivíduos que podemos distinguir entre objetos físicos (materiais) e psicológicos (mentais), entre objetos observáveis e inobserváveis, entre objetos reais e fictícios, etc.

O que dissemos acima encontraria oposição do próprio Skinner que, contudo, também defendia uma espécie de fisicalismo. É necessário, portanto, dizermos uma palavra também a este respeito. Embora a noção de ambiente não seja talvez suficientemente explicitada por Skinner, há uma outra que é, e que permitiria interpretar o ambiente de forma fisicalista. Trata-se de noção de *estímulo discriminativo*. Esta é uma outra inovação do behaviorismo radical em relação ao behaviorismo metodológico. Skinner argumenta que é preciso fazer a distinção entre *reflexo* e *operante* (ou comportamento operante). O reflexo é *causado* [*elicited*] por um estímulo, resultando em uma resposta muscular ou glandular, como afirma Watson, e podendo ser, portanto, explicado por meio do esquema estímulo-resposta. Ao contrário, o operante é *emitido* [*emitted*] pelo indivíduo. Os operantes, segundo Skinner, não podem ser explicados pelo esquema estímulo-resposta, mas requerem um esquema mais complexo. Skinner propõe então um esquema de três termos, incluindo o reforço.

Quando certo organismo responde a um estímulo e sua resposta recebe reforço, aumenta a probabilidade de repetir-se no futuro tal comportamento operante. Suponhamos um pombo que recebe comida (reforço) ao bicar uma tecla (resposta) quando uma lâmpada é acesa (estímulo). Mais tarde, quando a luz é acesa novamente, ele bica a mesma tecla. A lâmpada acesa se tornou um estímulo discriminativo, em cuja presença aumenta a probabilidade daquela resposta (bicar a tecla). Assim, quando o behaviorista radical diz que o comportamento operante de um indivíduo é controlado por suas conseqüências no ambiente, ele está, mais especificamente, querendo dizer que, no ambiente, há estímulos discriminativos para certo indivíduo, e tais estímulos são objetos físicos, obviamente. E aqui residiria o fisicalismo de Skinner.

Mas, vejamos bem que os objetos que funcionam como estímulos discriminativos são do mesmo tipo daqueles que, segundo Carnap, como vimos acima, *documentam* objetos culturais. A lâmpada acesa é um estímulo discriminativo para alguns pombos, e não para outros; não é para aqueles cuja experiência – ou história de reforço, como diz Skinner – não fez de tal objeto um estímulo discriminativo. Um exemplo humano é imediato e esclarecedor. Palavras e sentenças escritas em uma língua conhecida são para quem sabe a língua estímulos discriminativos, mas não são para aqueles que não aprenderam aquela língua. Assim, contra talvez a compreensão do próprio Skinner a este respeito, podemos dizer que não é a lâmpada propriamente, enquanto objeto físico, que é o estímulo discriminativo, mas a relação entre a lâmpada e um certo indivíduo. E isso, obviamente, nos termos de Carnap, é um objeto cultural.

4. O BEHAVIORISMO SOCIAL DE NEURATH

Do mesmo modo que Carnap, Neurath procura delinear os fundamentos da ciência unificada, embora com algumas diferenças importantes. Em primeiro lugar, como se sabe, Neurath antecipa o naturalismo quineano, afastando-se, assim, do fundacionalismo de Carnap. Ele se opõe também frontalmente à doutrina fenomenalista do *Aufbau*, defendendo o fisicalismo, que posteriormente

Carnap também abraçou. Por fim, embora, assim como Carnap, Neurath interprete a unidade da ciência como uma unidade de linguagem, entre outras diferenças importantes que desejamos mencionar, está o fato de que ele põe sob foco as leis – e não, como Carnap, os conceitos. Para Neurath, a ciência unificada é, antes de tudo, um sistema consistente de leis (cf. NEURATH, 1959a e 1959b).

Na doutrina de Neurath, as leis são tão importantes, obviamente, porque elas é que são os instrumentos que utilizamos para fazer previsões. E ele, do mesmo modo que os cientistas naturais, inclusive os behavioristas, está interessado na previsão e no controle dos fenômenos. Neurath deseja estender essa mesma capacidade das ciências modernas à sociologia, vendo-a, portanto, como uma ciência empírica entre outras, e superando a oposição clássica entre ciências do espírito e ciências da natureza, segundo a qual a sociologia seria uma ciência *moral* (ou do espírito), mas não natural. As leis são interpretadas por Neurath de modo instrumentalista; elas não são enunciadas propriamente, mas fórmulas diretivas que nos permitem fazer previsões a partir de determinadas observações (NEURATH, 1959b, p. 286).

O fisicalismo é outra característica fundamental da doutrina de Neurath, mas ele é explicado de forma diferente daquela seguida por Carnap. O que há de essencial na linguagem fisicalista na qual a ciência unificada deve ser formulada é que ela seja uma linguagem que permita fazer previsões; e estas, enfatiza Neurath, são o “próprio coração do fisicalismo” (1959b, p. 291). A ciência unificada é fisicalista porque pode fazer previsões sobre quaisquer eventos na natureza, de qualquer ordem. As previsões são feitas por meio de enunciados observacionais, e é isso o que aproxima a linguagem fisicalista da linguagem do dia-a-dia (NEURATH, 1959b, pp. 287 e 291). A linguagem fisicalista é a linguagem da física, mas não no sentido estrito, desta ou daquela teoria física, e sim no sentido amplo de ser a linguagem que utilizamos para falar do mundo natural em geral e em termos observáveis.

É com relação, portanto, à utilização dessa forma de linguagem que Neurath também vai se aproximar do behaviorismo. Ele diz:

A ciência unificada faz predições sobre o comportamento das máquinas assim como faz sobre o dos animais; sobre o comportamento das pedras, assim como sobre o das plantas. Alguns de seus enunciados complexos poderíamos analisar mesmo hoje, enquanto que a análise de outros nos escapa à atenção. Há leis do comportamento dos animais e das máquinas. As “leis” das máquinas podem ser reduzidas a leis físicas. Mas mesmo nesta esfera, uma lei em termos de massa e mensuração freqüentemente é suficiente, sem recurso a átomos e outros elementos. Da mesma maneira, as leis do corpo animal são freqüentemente formuladas de forma que não seja preciso recuar para leis microestruturais. (1959b, p. 293.)

É como uma extensão do behaviorismo que Neurath projeta a sociologia como um behaviorismo social. Ele diz:

A separação das “ciências morais” das outras disciplinas é concomitante com a separação dos objetos “psíquicos” de outros objetos em outros campos. Esta separação foi eliminada apenas pelo *behaviorismo* que, neste ensaio, sempre entendemos no sentido mais amplo. Apenas enunciados fisicalistas sobre o comportamento humano são incorporados em seu sistema. Quando o sociólogo faz predições sobre os grupos humanos, do mesmo modo como o behaviorista faz sobre indivíduos humanos ou animais, a sociologia pode ser chamada apropriadamente de *behaviorismo social*. (1959b, p. 296.)

Este behaviorismo social de Neurath – fisicalista que é – não implica que os fenômenos sociais possam ser reduzidos a fenômenos físicos. Ao contrário, a idéia de Neurath é que o sociólogo behaviorista deve encontrar leis sociológicas específicas. O fato de que tais leis devam ser integráveis no sistema fisicalista da ciência unificada não implica que, para utilizarmos um termo de Carnap, elas não digam respeito a uma outra esfera de objetos. Neurath é bastante claro sobre este ponto. Ele diz:

Tentar fazer sociologia fisicalista não é transferir as leis da física para as coisas vivas e os grupos que elas formam, tal como alguns consideraram praticável. É possível descobrir leis sociológicas gerais, assim como leis para áreas sociais mais

específicas, sem recorrer à microestrutura, e assim sendo capaz de basear estas leis sociológicas em leis físicas. *Quaisquer que sejam as leis sociológicas descobertas sem o auxílio de leis físicas no sentido estrito, isto não se altera necessariamente com o acréscimo de uma subestrutura física posteriormente descoberta.* O sociólogo está completamente desimpedido em sua busca por leis. A única estipulação é que ele deve sempre falar, em suas predições, de estruturas que são dadas no espaço e no tempo. (NEURATH, 1959b, p. 301; os grifos são todos de Neurath.)

O mais importante, a esta altura, é perguntarmos pelos tipos de coisas que podem ser objeto das correlações estabelecidas pelas leis do behaviorismo social. Neurath dá alguns exemplos a este respeito. As instituições sociais em geral, como modos de produção, o comportamento religioso, as técnicas e artes, são todos exemplos de objetos de investigação do sociólogo behaviorista, suscetíveis de serem integrados em leis e passíveis de predições. Por exemplo, dadas certas condições, do modo de produção de um certo período histórico, pode-se inferir as próximas fases no desenvolvimento deste modo de produção e a forma da organização social correspondente, diz Neurath (1959b, p. 302).

Os comentários que Neurath acrescenta em seu artigo “Sociology and Physicalism” em favor do marxismo e suas críticas a Max Weber mostram também em que sentido ele está tomando o termo ‘fiscalismo’. Trata-se de algo próximo do materialismo (cf. NEURATH, 1959b, p. 309). Ou seja, o fiscalismo deve ser entendido no sentido de que se faz uma oposição a qualquer forma de espiritualismo e de metafísica na explicação dos fenômenos do comportamento, e não no sentido estrito de que as leis sociológicas sejam leis da física, como comentamos acima.

O que temos em Neurath são também conceitos ou objetos *culturais*, para recorrermos mais uma vez aos termos de Carnap. As leis sociológicas a serem encontradas pelo behaviorismo social são leis que estabelecem correlações entre objetos culturais. Para a alternativa que, na próxima seção, vamos procurar delinear em seus aspectos mais gerais, é essa noção de um domínio ou esfera própria de objetos correlacionados por leis que nos interessa. É a possibilidade de

encontrar leis específicas em certo domínio de investigação de fenômenos que determinaria uma certa esfera de objetos. Contudo, esta não é uma questão a ser decidida *a priori*, mas depende das investigações concretas que os cientistas fazem. Se o psicólogo e o sociólogo behavioristas estabelecem correlações sobre determinados objetos e formulam leis do comportamento, então temos aí a constituição de uma esfera de objetos.

Voltemos um instante ao ponto discutido no final da seção precedente, a respeito da posição de Skinner com relação ao caráter do estímulo discriminativo como um objeto físico. Argumentamos que, de fato, segundo a perspectiva adotada por Skinner, nos parece mais apropriado dizer que um estímulo discriminativo é um objeto *cultural*, no sentido de Carnap. Ora, a perspectiva de Neurath, insistindo nas leis, e não nos conceitos, como Carnap faz, nos dá uma outra razão para reforçar aquela nossa interpretação do behaviorismo radical. Se Skinner deseja que o comportamento seja explicado com base em leis do comportamento, que não são leis da física, então seu fisicalismo se reduz apenas ao mesmo tipo de doutrina de Neurath, isto é, trata-se simplesmente de recusar que o comportamento tenha qualquer relação com eventos que possam ocorrer fora do espaço e do tempo. Mas isso não faz do comportamento algo que possa ser explicado pelas leis (da física) que explicam meras ocorrências espaciais e temporais, como o movimento, a velocidade, etc.

5. ESBOÇO DE UM SISTEMA ALTERNATIVO

A elaboração de um sistema alternativo àquele do *Anfbau* é um trabalho, obviamente, amplo demais para realizarmos completamente aqui, e pretendemos apenas discutir alguns dos pontos fundamentais. Como já dissemos, o objetivo de elaborar um tal sistema é o de alcançar um ponto de referência para criticar alguns pressupostos ontológicos da filosofia da psicologia elaborada por Carnap e, além disso, podermos aprofundar a discussão de algumas questões relativas aos fundamentos da psicologia e da própria epistemologia.

Já que estamos preocupados não apenas com os fundamentos das ciências em geral e, em particular, da psicologia, mas também com os fundamentos daquela atividade que os discute – a análise epistemológica –, é preciso começar por discutir as maneiras pelas quais podemos dar forma a tal *reconstrução racional*. Nossa perspectiva geral é instrumentalista. Desejamos dar sentido ao trabalho que se faz nas ciências empíricas e em psicologia, e não encontrar as *reais* entidades às quais se referem os conceitos das ciências. Mas, das muitas formas possíveis que um sistema poderia tomar, nem todas parecerão adequadas. Não vamos tentar evitar quaisquer compromissos ontológicos ou metafísicos – talvez em vão – como Carnap tentou, mas tentar ter clareza sobre aqueles que daria base conceitual a nosso sistema. A escolha de esferas de objetos e de relações admissíveis entre eles é um problema fundamental, que pode ser resolvido com diversos tipos de recurso.

Uma primeira maneira pela qual podemos escolher os tipos de objetos é por meio de estipulações *a priori*, que são justificáveis apenas se se adota uma perspectiva fundacionalista, que não é nosso caso. De um ponto de vista, ao contrário, naturalista, pareceria mais adequado tomar o estado atual das ciências e os objetos que *naturalmente* aí surgem. O problema que se apresenta então é o de como *interpretar* estes dados que as ciências particulares nos fornecem. Para retomar um problema deste tipo a que já nos referimos antes, por que considerariamos objetos genuínos aqueles que pertencem à física, mas não aqueles de que tratam a química e a biologia, como faz Carnap no *Aufbau*? E se for, então, o caso de admitirmos uma esfera de objetos biológicos, em que vamos amparar esta escolha? Finalmente, depois de escolhidos os tipos de objetos, em que relações vamos colocá-los? Seguindo estritamente Carnap, podemos dizer que quaisquer escolhas são boas, desde que possamos justificá-las de algum modo. É preciso, então, ter um critério que oriente esse trabalho. O critério da isogenia era o critério de Carnap, que não nos convém.

O critério que desejamos escolher é o da ocorrência de leis, isto é, considerar como domínios de objetos aqueles sobre os quais as ciências empíricas em seu estado atual são capazes de formular leis ou *correlações funcionais*, se o termo

'lei' parecer talvez estrito demais, sugerindo uma formulação matemática ou matematizável. Ao observarmos as ciências empíricas, o indicativo é se elas são capazes, como diz Neurath, de fazer previsões por meio de enunciados observacionais com base em certas correlações funcionais. Empiricamente falando, se uma ciência faz previsões bem sucedidas, então devemos aceitar que ela encontrou correlações funcionais entre determinados objetos, ou *leis*, no sentido amplo que estamos dando aqui ao termo.

Se adotarmos este critério, uma escolha de esferas de objetos muito diferente daquela de Carnap resultará. Pois poderíamos admitir também esferas de objetos químicos, biológicos, psicológicos, e sociológicos, por exemplo. Ainda que a física atual tenha permitido dar explicações em termos de microestrutura para os objetos da química e da biologia (por exemplo, com a mecânica quântica e com a biologia molecular, respectivamente), leis como as de Dalton e as de Mendel ainda são admissíveis em virtude de seu poder preditivo. Assim, seguindo Neurath, poderíamos admitir estes respectivos domínios de objetos.

Para o filósofo, contudo, levanta-se então o problema ontológico de saber se *existem* tais entidades sobre as quais versam essas leis. Interpretado de uma maneira realista, este é um problema que a abordagem instrumentalista rejeita. Mas, contra a proposta de redução à física, tão defendida – talvez porque os objetos físicos pareçam ontologicamente menos problemáticos – é preciso dizer que esse problema não é menos grave em física, ou em microfísica, que em todas as demais disciplinas. Como diz Quine, em última instância, o que importa é sabermos quais são as entidades sobre as quais quantificamos. Estas, em nosso sistema, *são o que há*. Para nós humanos, diz Quine, a grande vantagem que uma ontologia de objetos físicos possui é de ordem epistemológica e estratégica, ela é aquela a que recorreremos nos momentos de crise (QUINE, 1976, p. 224), em virtude de estarem os objetos físicos profundamente enraizados em nosso passado, pelo papel que desempenham no aprendizado da linguagem (QUINE, 1960, pp 234). A esfera de objetos físicos possui, sem dúvida, uma notável estabilidade, que também se explica com base em nosso sistema alternativo, como veremos abaixo.

Adotando, então, esta estratégia, que é instrumentalista, podemos dizer também que há objetos psicológicos, mesmo objetos intencionais, tal como Dennett (1987) também defende. Em nosso sistema, contudo, estes não terão lugar, obviamente, já que desejamos conferir ao sistema um perfil fundamentado no behaviorismo. Assim, podemos dizer que há objetos culturais que são as contingências do reforço, as diversas formas de comportamento analisadas pelo psicólogo behaviorista, etc. Poderíamos chamá-los de objetos *psicológicos*, obviamente, mas desejamos reservar este termo para aqueles objetos que Carnap assim denomina, isto é, com sentido mentalista de objetos da experiência imediata e privada do sujeito.

O outro problema que se apresenta na formulação de um sistema é a escolha da base e a exata relação entre os diversos níveis de objetos. Aqui também, como sabemos, muitas escolhas são possíveis. Como já adiantamos acima, nosso objetivo é tomar os objetos culturais como objetos básicos. Isso supõe, então, mostrar como podemos reduzir os objetos de outros níveis a estes do nível básico. Para retomarmos os termos de Carnap, é preciso mostrar que os objetos dos demais níveis são *complexos autônomos* de objetos do nível inferior, ou dos níveis inferiores e, em última instância, do nível básico. Ou seja, tais objetos não consistem em seus elementos. Em seu sistema, Carnap almeja realizar a construção de objetos de modo estrito, logicamente falando, na forma de um sistema dedutivo. No *Aufbau*, contudo, apenas uma pequena parte dos objetos são assim definidos. Em nosso sistema, ao contrário, deixaremos o aspecto estritamente lógico-dedutivo de lado, para nos concentrarmos nos aspectos epistemológicos relevantes das relações entre os objetos. Ao contrário de Carnap, não desejamos escolher *a priori* um sistema de lógica em particular, nem fundamentar nosso sistema em qualquer teoria lógica conhecida.

Se tomarmos objetos culturais como objetos básicos do sistema, inspirando-nos nas noções tratadas pelo behaviorismo radical de Skinner, tal como o interpretamos, e sem nos atermos estritamente também aos termos mais técnicos, teremos como objetos do nível fundamental do sistema *formas de comportamento*, seja individual, seja social, pois, deste ponto de vista, tal distinção

não teria sentido especial. Tais formas do comportamento são, por exemplo, nossos costumes e hábitos, nosso repertório de ação. Tais objetos são *culturais* no sentido do *Aufbau*, como já dissemos, porque eles não são nem físicos nem psicológicos, mas, ao contrário, elementos elaborados pelos indivíduos humanos em sua convivência.

Lembremos o costume de saudar as pessoas levantando o chapéu, um dos exemplos de Carnap. De nosso ponto de vista, este é também um objeto cultural, mas, tomando a perspectiva do behaviorismo radical, trata-se de uma forma de comportamento, controlada por variáveis no ambiente, e não, como sustenta Carnap, a expressão de um pensamento (objeto psicológico) por meio de um gesto (objeto físico). Saudar alguém na rua levantando o chapéu, onde isso ocorria ou possa ainda ocorrer, sendo um costume de certas sociedades e, portanto, uma forma de comportamento controlada por variáveis no ambiente social, é um objeto cultural. Ele é explicável, sem dúvida, com base em outros objetos igualmente culturais, que são as contingências do reforço que selecionou esta forma de comportamento, e eliminou outras, mas, assim compreendido, não faria sentido dizer que tal objeto é redutível a objetos psicológicos (no sentido mentalista de Carnap). O indivíduo que saúda outro, levantando o chapéu, do ponto de vista do behaviorismo radical, não faz isso porque deseja expressar por um gesto um pensamento, mas porque recebeu reforço ao fazer isso.

Como poderíamos, então, a partir de tais objetos culturais, as formas do comportamento, construir os objetos dos demais níveis? Como os objetos físicos (os corpos ou coisas materiais), assim como os objetos psicológicos (a experiência privada dos sujeitos) poderiam ser construídos a partir de formas do comportamento? Quanto aos objetos psicológicos, a resposta do ponto de vista do behaviorismo radical é um tanto óbvia. Os objetos que constituiriam o mundo privado do sujeito são formas do comportamento oculto, aquele comportamento que *aprendemos* a ocultar dos outros. Assim, podemos dizer que os objetos estritamente psicológicos (no sentido mentalista tradicional), objetos da investigação introspectiva, são objetos do mesmo nível dos objetos culturais, que são as mesmas formas do comportamento manifesto dos indivíduos. Não há,

pois, nenhuma necessidade de dividir o domínio da psicologia em duas partes. Os objetos psicológicos são igualmente objetos culturais. (Nos termos empregados por Carnap no *Aufbau*, poderíamos dizer que tais objetos são isógenos.)

A questão da construção de objetos físicos a partir de objetos culturais, contudo, parece à primeira vista mais complicada. Entretanto, uma solução para esse problema é um caso particular da solução para outros problemas ontológicos similares. Os objetos físicos ou materiais são assim considerados em oposição a objetos psicológicos, ou mentais, ou espirituais, e vice-versa. É semelhante ao caso dos objetos observáveis, que são compreendidos em oposição aos não-observáveis, assim como ao caso dos objetos reais, entendidos em oposição aos fictícios. Do ponto de vista epistemológico, começarmos por estes últimos talvez seja a melhor estratégia.

Nós nos comportamos de forma muito diferente em relação a objetos fictícios do que em relação a objetos reais. A menção do drama pessoal de Dom Casmurro não nos causa tanta consternação quanto causa a do drama de um amigo nosso, que passa por um episódio semelhante em seu casamento. A grande diferença que há, à primeira vista, diríamos, é que *sabemos* que Dom Casmurro é apenas um personagem de romance, e nosso amigo José, não. *Sabemos* que este é real porque nos encontramos com ele todos os dias. Nossa certeza seria a mesma, contudo, mesmo que José fosse um amigo de correspondência, com quem nunca nos encontramos. E, contudo, poderíamos ser alvo de uma brincadeira de mau gosto, de alguém que nos escreve cartas como se fosse José. Mas, mesmo assim, alguém escreve tais cartas, e identificamos este indivíduo pelo nome 'José'. Contudo, se as cartas forem escritas por vários indivíduos, ou por máquinas (computadores programados para isso), já não teremos tanta clareza sobre a *realidade* desse José. Já podemos ver aonde isso nos levaria; conduziria, naturalmente, aos casos extremos em que tomamos determinados acidentes por atos intencionais e criamos personagens míticos. Ora, os deuses, em todas as religiões, são reais. Eles são reais para aqueles que professam determinada religião. E a única diferença entre acreditar em certos mitos e não em outros está em nosso comportamento.

Assim, em última instância, é apenas nosso comportamento que permite distinguir nitidamente entre objetos reais e objetos fictícios. Certamente, são *reais* aqueles objetos que correspondem a formas de comportamento reforçadas em alta medida. E os objetos fictícios correspondem a formas de comportamento menos reforçadas. Mas entre os objetos fictícios – personagens de romances, ou de mitos populares, ou de religiões, etc. – há também graus diferentes de *ficcionalidade* ou, inversamente, de *quase-realidade*, podemos dizer. Dom Casmurro é menos *real* para uma criança de cinco anos que Papai Noel, mas é mais para um jovem de dezessete. Ou seja, Papai Noel afeta muito o comportamento da criança de cinco anos, mas é talvez Dom Casmurro que vá influenciar fortemente o adolescente que vier a ler o romance.

Os objetos observáveis e inobserváveis, que têm sido alvo de grande debate na filosofia da ciência das últimas décadas, em função de toda a discussão em torno do realismo científico, podem receber um tratamento semelhante. E aqui vemos já uma das conseqüências epistemológicas relevantes de nossa abordagem. A distinção entre objetos observáveis e inobserváveis se dá também no senso comum, mas é nas ciências que ela adquire importância capital. Sobre a distinção entre coisas observáveis e coisas inobserváveis repousa nossa distinção epistemológica tradicional entre termos *observacionais* e termos *teóricos*. As discussões de muitos filósofos da ciência são relevantes a este respeito, é claro, mas sobretudo aquelas de Kuhn, Quine e, mais recentemente, van Fraassen, para mencionarmos apenas alguns. A solução de Quine para o problema das sentenças observacionais – como aquelas sentenças cujo valor de verdade é decidível pelos falantes de uma língua com base apenas na mesma estimulação – é a este respeito exemplar. Kuhn apresenta uma versão *epistemologizada* similar. Para Kuhn, a distinção entre observável e inobservável depende dos paradigmas. Para van Fraassen, ao contrário, a observabilidade depende tanto da comunidade epistêmica considerada (e suas capacidades naturais) quanto do próprio mundo (o que está fora do cone de luz de determinado ponto do espaço-tempo não é observável) (cf. QUINE, 1960 e 1969; KUHN, 1970; VAN FRAASSEN, 1980 e 1985).

A distinção entre objetos reais e fictícios, que discutimos acima, muitas vezes, no senso comum, repousa na própria distinção entre objetos observáveis e inobserváveis. Identifica-se o real com o observável, por exemplo, e o fictício com o inobservável. Contudo, nas ciências modernas, isso resultaria em um grande desastre teórico. A maioria das entidades relevantes para as modernas teorias científicas repousa na postulação de coisas inobserváveis. Daí todo o esforço dos filósofos da ciência, entre eles Carnap, para determinar meios para reduzir o teórico ao observacional. Este não é, contudo, o caminho que desejamos trilhar; mas, ao contrário, seguindo Quine, desejamos adotar critérios comportamentais para determinar o que é observável.

Contudo, não é apenas nosso uso da linguagem que determina os limites do que é observável, mas, seguindo também Kuhn, podemos dizer que é toda a constelação conceitual que se encontra em um paradigma. Ora, um paradigma, no sentido de Kuhn, também seria uma classe de objetos culturais. Podemos interpretar então os próprios paradigmas como classes de objetos que correspondem a formas do comportamento dos cientistas. Para compreender toda a ciência e todas as principais noções epistemológicas tradicionais por essa via é que Houts e Haddock procuram recorrer ao behaviorismo radical de Skinner (cf. HOUTS e HADDOCK 1992).

Adotando a mesma estratégia, podemos dizer então que a distinção entre observável e inobservável repousa em formas do comportamento dos cientistas, um ponto já enfatizado pelo próprio Kuhn, assim como por Hanson (1958). Os objetos observáveis são aqueles que correspondem a certas práticas científicas (e mesmo práticas cognitivas do senso comum), e os objetos inobserváveis correspondem a outras. Esta é, obviamente, uma solução *operacionalista*, e sua plausibilidade decorre de práticas não apenas científicas, mas também do dia-a-dia, que são formas de comportamento.

Finalmente, o caso dos objetos físicos ou materiais, em contraposição aos objetos psicológicos ou mentais (imateriais ou não-físicos), pode ser analisado. São exemplos de objetos físicos os corpos macroscópicos, assim como as partículas microscópicas. Por sua vez, os objetos mentais e da consciência são

exemplos de objetos não-físicos, além dos objetos espirituais, hoje muito menos levados a sério nas ciências que no senso comum, obviamente. Em analogia com os dois casos que discutimos acima, podemos dizer que os objetos físicos correspondem a formas de nosso comportamento, inclusive nosso comportamento verbal. Não se trata das mesmas formas de comportamento das quais resulta a distinção entre objetos reais e fictícios, nem daquelas das quais resulta a distinção entre objetos observáveis e inobserváveis. Para o mentalista, por exemplo, nossa experiência privada é tão real quanto as mesas e cadeiras que nos rodeiam. Para o crente, Deus é tão real quanto as coisas materiais que o rodeiam.

Tomemos o caso das coisas materiais macroscópicas, que, no que diz respeito a objetos físicos, parecem ser aquelas que gerariam menos problemas. Os objetos macroscópicos constituem um domínio de objetos que correspondem àquelas formas de comportamento talvez as mais intensamente reforçadas na história humana. E esta é a razão para Quine dizer que a ontologia de corpos é sempre nossa ontologia de refúgio. Mas tomemos o crente fervoroso. Para ele, há uma classe de objetos imateriais que também resulta de formas de comportamento reforçadas em alta medida. Para ele, Deus e uma cadeira são igualmente reais, mas ele se comporta de modos distintos em face de um e de outro. Ora, o que nos permite então identificar um como objeto espiritual e outro como objeto físico são sub-classes de seu repertório de comportamento.

Assim, deste ponto de vista, os objetos físicos podem ser construídos a partir de objetos culturais, como aqueles objetos que correspondem à experiência que é mais comum e constante para os indivíduos em geral. Dificilmente o crente e o ateu discordariam que há diante deles uma cadeira. E o mesmo vale para o realista científico e para o instrumentalista ou o ficcionalista em filosofia da ciência. Portanto, os objetos físicos são redutíveis a formas de comportamento, aquelas que são as mais universalmente reforçadas nos indivíduos humanos. Daí deriva sua estabilidade.

Caberia então perguntar aqui: por que os objetos físicos não constituem o nível elementar? A resposta é óbvia, isto é, os objetos físicos, assim descritos, já estão construídos a partir de objetos culturais, que já estão anteriormente

adotados como objetos básicos. Os objetos físicos podem constituir o conjunto de formas mais reforçadas de nosso comportamento, mas eles continuam correspondendo a formas do comportamento. Eles são uma parte especialmente selecionada de nosso repertório. Se tomarmos seu papel no aprendizado ostensivo da linguagem (cf. QUINE, 1960, p. 234; 1974, p. 54), vemos que eles são um apoio talvez indispensável no desenvolvimento de outras formas de comportamento.

O último ponto que devemos enfatizar é o das correlações funcionais – ou *leis* em nosso sentido amplo – relativas a tais esferas de objetos. Os objetos físicos, obviamente, têm seu comportamento descrito por leis. Os objetos psicológicos, como enfatiza Dennett (1987), mesmo como um domínio de objetos intencionais, podem receber o mesmo tratamento, seja na psicologia profissional, seja na psicologia popular [*folk psychology*]. Os objetos culturais (as formas de comportamento de nosso sistema) também são passíveis deste tratamento, como argumentam Neurath e Skinner. De nosso ponto de vista instrumentalista, todos estes resultados são aceitáveis porque, efetivamente, as disciplinas empíricas afetadas têm alcançado a formulação de tais correlações funcionais. No caso específico da ciência do comportamento, que é aquele que mais nos interessa, o controle do comportamento alcançado em muitas circunstâncias nos permite dizer que sim, ainda que estejamos longe, como enfatiza Skinner, de uma ciência do comportamento com toda a abrangência que ela deve ter.

CONCLUSÃO

Em decorrência do sistema alternativo que projetamos, e do qual alguns aspectos fundamentais discutimos na seção precedente, há duas conseqüências epistemológicas importantes a destacar. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao lugar da psicologia na ciência unificada, temos um resultado completamente diverso daquele do sistema de Carnap, isto é, do fisicalismo. Nem é preciso dividir o domínio da psicologia em dois sub-domínios – o autopsicológico e o heteropsicológico. Ao contrário, o nível cultural de objetos de nosso sistema contém todo o domínio de objetos de investigação da psicologia, o que é uma

vantagem formal de nosso sistema em relação ao sistema do *Aufbau*, a vantagem de dar sentido integrado ao trabalho empírico em psicologia. Esta é, de fato, uma vantagem do behaviorismo radical ao mesmo tempo em relação ao behaviorismo metodológico e à psicologia introspeccionista tradicional.

Em segundo lugar, são igualmente objetos culturais, como vimos, os objetos da epistemologia. Esta não é, segundo nosso ponto de vista, uma disciplina *a priori*, fora do domínio das ciências empíricas. Ao contrário, a própria epistemologia ou investigação sobre o conhecimento humano – nesta versão naturalizada, obviamente – ganha lugar na ciência unificada. Estando na esfera dos objetos culturais, seus objetos estão no mesmo nível dos objetos da psicologia, da sociologia, da economia, da história e de outras ciências humanas.

A questão remanescente é se uma tal epistemologia naturalizada pode encontrar correlações funcionais entre os objetos que investiga. Em princípio, tomando o tipo de trabalho realizado por Kuhn na *Estrutura das Revoluções Científicas*, podemos dizer que sim. Isto é, parece em princípio possível encontrar correlações funcionais que expliquem o comportamento dos cientistas e das pessoas comuns ao produzir conhecimento. A questão é que este ramo da ciência do comportamento ainda está mais longe de chegar a resultados que, empiricamente, consideraríamos satisfatórios.

Por meio de nosso sistema, finalmente, vemos que podemos atingir também o objetivo de dar unidade às ciências, já que todas as disciplinas que ganham lugar neste sistema, seguindo a idéia de Neurath, são disciplinas que chegam a leis ou correlações funcionais para explicar os fenômenos que estudam. Embora os objetos físicos, por exemplo, possam ser construídos, como vimos, a partir de objetos culturais (formas de nosso comportamento), as leis físicas são de uma esfera de objetos diferente daquela dos objetos culturais. O mesmo valeria, embora não tenhamos acima discutido estes casos, para os objetos da química e da biologia, entre outros.

Em suma, retornando aos pontos principais, podemos dizer que os problemas epistemológicos são vistos diversamente deste ponto de vista, em particular o problema da unidade da ciência e, mais especificamente, o lugar da

psicologia no sistema da ciência unificada. E a principal objeção de Carnap a um sistema com base de objetos culturais é assim superada. Um tal sistema, em princípio, seguindo a estratégia acima explicada, parece perfeitamente factível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASQUITH, P.D. & GIERE, R.N. (orgs.). *PSA 80*, vol. 2. East Lansing, Mich.: Philosophy of Science Association, 1981.
- AYER, A. J. (org.). *Logical Positivism*. New York: Free Press, 1959.
- BOYD, R. N. 1981. Scientific Realism and Naturalistic Epistemology. In: ASQUITH e GIERRE, 1981, p. 613-662.
- . 'The Logician's Dilemma: Deductive Logic, Inductive Inference and Logical Empiricism.' *Erkenntnis* **22**, 1985, p. 197-252.
- CARNAP, R. 1959a. The Elimination of Metaphysics through Logical Analysis of Language. In: AYER, 1959, p. 60-81.
- . 1959b. Psychology in Physical Language. In: AYER, 1959, p. 165-198.
- . *The Logical Structure of the World*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1969.
- . *The Unity of Science*. Bristol: Thoemmes Press, 1995 [1934].
- DENNETT, D. *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass., e London: The MIT Press, 1987.
- GARDNER, H. *The Mind's New Science*. New York: Basic Books, 1987.
- GIERE, R. N. (org.). *Cognitive Models of Science*. Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. XV. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- HANSON, N. R. *Patterns of Discovery*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

- HERRNSTEIN, R. J. *The Matching Law. Papers in Psychology and Economics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997.
- HOUTS, A. C. & HADDOCK, C. K. Answers to Philosophical and Sociological Uses of Psychologism in Science Studies: a Behavioral Psychology of Science. In: GIÈRE, 1992, p. 367-99.
- KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.
- NEURATH, O. (1959a). Protocol Sentences. In: AYER, 1959, p. 199-208.
- . (1959b). Sociology and Physicalism. In: AYER, 1959, p. 282-317.
- . Foundations of the Social Sciences. In: NEURATH, *et al.* 1970.
- NEURATH, O., CARNAP, R. & MORRIS, C. (orgs.) *Foundations of the Unity of Science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.
- QUINE, W.V.O. *Word and Object*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1960.
- . *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1969.
- . *The Roots of Reference*. La Salle, Ill.: Open Court, 1974.
- . On Mental Entities. *The Ways of Paradox and Other Essays*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1976, p. 221-7.
- . On What There Is. *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980 [1953].
- RACHLIN, H. *Behavior and Mind*. New York: Oxford University Press, 1994.
- RUSSELL, B. *The Analysis of Mind*. London: Routledge, 1997 [1921].
- SCHWARTZ, B., e LACEY, H.M. *Behaviorism, Science, and Human Nature*. New York: Norton, 1982.

- SKINNER, B.F. *Science and Human Behavior*. New York: MacMillan, 1953.
- . *Verbal Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.
- . *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.
- . *About Behaviorism*. London: Jonathan Cape, 1976.
- STADDON, J. R. *Behaviorism: Mind, Mechanism and Society*. London: Duckworth, 1993.
- VAN FRAASSEN, B.C. *The Scientific Image*. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- . Empiricism in Philosophy of Science. In: CHURCHLAND, P.M. e HOOKER, C.A. (orgs.), *Images of Science*, Chicago: The University of Chicago Press, 1985, p. 245-308.
- WATSON, J.B. *Behaviorism*. New York: Norton, 1970 [1930].